

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE
AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS****Aos diretores do**

INSTITUTO SÓCRATES GUANAES - ISG

GESTOR DO HOSPITAL DE DOENÇAS TROPICAIS Dr.

ANUAR AUAD – HDT

Goânia - GO

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do **INSTITUTO SÓCRATES GUANAES - ISG – Gestor do HDT** - que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2018, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir, intitulada **"Base para opinião com ressalva"**, as demonstrações contábeis, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **INSTITUTO SÓCRATES GUANAES - ISG – Gestor do HDT**, em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião com ressalva

Apesar da conferência dos itens de estoque, realizada ao final do exercício de 2018, ter sido satisfatória, os relatórios gerenciais apresentados, sob a responsabilidade da Entidade, foram insuficientes para concluir sobre a valoração dos custos que compõem o valor do Estoque. Portanto, ficamos impossibilitados de manifestar uma opinião quanto à valoração do grupo e seus efeitos nas demonstrações financeiras, inclusive, por meio de procedimentos alternativos de auditoria.

Os registros contábeis apresentados, sob a responsabilidade da Entidade, foram insuficientes para concluir sobre a composição do Saldo das Contas referentes aos encargos sociais e obrigações tributárias (INSS, FGTS, IRRF retido, ISS retido, COFINS retido, CSLL retido, PIS retido, bem como PIS sob a folha de pagamento), uma vez que essas rubricas não sofreram atualização de juros e multas dos respectivos débitos. Portanto, ficamos impossibilitados de manifestar uma opinião quanto à composição desses valores e seus efeitos nas demonstrações financeiras, inclusive, por meio de procedimentos alternativos de auditoria.

Conforme descrito na Nota 09, a Entidade possui obrigações decorrentes de aquisições, em sua grande maioria de medicamentos, insumos e serviços, necessárias para o atendimento ao contrato de gestão 091/2012 e seus aditivos. Contudo, em detrimento da antecipação dos custos, conforme descrito na Nota 05, no valor de R\$ 33.205 milhões, para posterior recebimento, a Entidade acresceu o financiamento, realizado por fornecedores, através das compras a prazo. Porém, os controles apresentados pelo departamento financeiro não são análogos aos lançamentos contábeis, principalmente no que se refere a provisão de serviços prestados, onde o montante de R\$ 2.472.076,48 pode vir a estar subavaliado, pelo fato dos fornecedores terem

continuado a prestação de serviço, conforme previsão contratual. Portanto, ficamos impossibilitados de manifestar uma opinião quanto à valoração das possíveis contingências e seus efeitos nas demonstrações financeiras, inclusive, por meio de procedimentos alternativos de auditoria.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade auditada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria, das demonstrações contábeis, como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

▪ Crédito de Subvenção e Reconhecimento da Receita

Os detalhes sobre a política contábil, relativos a Crédito de Subvenções a receber da Secretária de Estado da Saúde de Goiás – SES/GO, estão correlacionados nas Notas "05 DEMONSTRATIVO DO CONTRATO DE GESTÃO E ADITIVOS" e "15 RECEITAS COM PROGRAMA DE ATIVIDADES DE SAÚDE COM RESTRIÇÃO", ambas relacionadas nas demonstrações contábeis da Entidade.

A avaliação realizada pela administração da Entidade, sobre os Créditos de Subvenções a receber, no valor de R\$ 25.057 milhões, envolve o pressuposto de que o acordado no contrato de Nº 091/2012, firmado entre a **SES-GO** - Secretaria de Estado da Saúde de Goiás e o **INSTITUTO SÓCRATES GUANAES - ISG**, para o gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde do Hospital de Doenças Tropicais Dr. Anuar Auad – HDT, será cumprido no exercício seguinte.

A decisão concretizada pela Administração da Entidade foi de honrar com os critérios do contrato de Gestão. Neste sentido, a Entidade realizou, antecipadamente, custos/despesas, em relação aos repasses mensais, definidos em contrato, fato este que gerou um reconhecimento de Receita com atividade de saúde na ordem de R\$ 86.804 milhões, ocasionando o reconhecimento do crédito de subvenção a favor da Entidade, em virtude do custo/despesa ter sido maior que os valores repassados para o período em análise.

Resposta da auditoria ao assunto

Avaliamos a consistência entre a política contábil, relacionada com o registro das Subvenções Governamentais a Realizar/Executar, vinculado ao contrato de gestão junto a SES/GO, e se os procedimentos contábeis foram aplicados de acordo com as normas brasileiras e internacionais de contabilidade.



Realizamos testes para validar se o REGIME DE COMPETÊNCIA estava sendo observado, se a receita de subvenção governamental estava reconhecida, ao longo do período necessário, e se esta foi confrontada com as despesas correspondentes. Também, verificamos que a receita não estava sendo reconhecida no momento de seu recebimento, uma vez que a Entidade necessita cumprir regras contratuais para realizar o reconhecimento dessa receita.

Contudo, realizamos uma análise da correlação entre o reconhecimento da receita de subvenção em confronto com as despesas correspondentes. Semelhantemente, constatamos que a diferença da subvenção relacionada foi transferida para a conta de "contratos de gestão e convênios" no Ativo, uma vez que o contrato suporta o reconhecimento da receita em relação a tais custos/despesas, conforme relacionado na Nota "05 DEMONSTRATIVO DO CONTRATO DE GESTÃO E ADITIVOS", e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB

▪ **Critério Contábil – Atendimento parcial da Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 07 (R2)**

Os detalhes sobre a política contábil, concernentes a mudança de critério contábil, estão relacionados na Nota "3 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS", subitem "3.2 ATIVO IMOBILIZADO", letra "a", "RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO", informados nas demonstrações contábeis da Entidade.

A decisão tomada pela Administração da Entidade foi de não reconhecer os bens tangíveis e intangíveis, adquiridos com recursos do contrato de gestão Nº 091/2012, firmado entre a SES-GO - Secretaria de Estado da Saúde de Goiás e o Instituto Sócrates Guanaes – ISG, para o gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde no Hospital de Doenças Tropicais Dr. Anuar Auad – HDT, como sendo da Entidade. Portanto, esses bens não são registrados no grupo Ativo Imobilizado. O contrato deixa claro que tais bens são do Estado, por meio da SES-GO e que, ao final do instrumento pactuado, estes serão devolvidos à contratante. Neste sentido, a Entidade gestora do HDT optou por acatar o novo entendimento contábil.

Resposta da auditoria ao assunto

Em análise as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, em especial as Resoluções CFC N.º 1.374/11, que dá nova redação à NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL – Estrutura Conceitual, para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro e Resolução CFC N.º 1.185/09, que aprovou à NBC TG 26 (R5) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, obtém-se o entendimento que a essência sobre a forma deve prevalecer.

Em observação as referidas Resoluções, entendemos que, em circunstâncias extremamente raras, nas quais a administração da Entidade vier a concluir que a conformidade com um ou mais requisitos das normas, interpretações ou comunicados técnicos conduziram a uma apresentação tão enganosa, em relação as Demonstrações Contábeis, que entraria em conflito com o objetivo das demonstrações contábeis, qual seja, exigência à contínua obediência da prevalência da ESSÊNCIA SOBRE A FORMA, estabelecido na Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, a Entidade não deveria aplicar esse(s) requisito(s).

Neste sentido, encaminhamos consulta ao Conselho Federal de Contabilidade, o qual reconheceu que de fato esses bens deveriam ser reconhecidos diretamente em conta de resultado e confrontados com a subvenção relacionada, assegurando o controle em contas próprias, conforme previsão contratual, e atendimento a essência sobre a forma, contrariando parte dos dizeres da Resolução CFC 1.305/2010, que aprova a NBC TG 07 (R2) – Subvenção e Assistência Governamentais.

Ênfase

Continuidade das operações, saldo limite do reconhecimento da receita e Ativo e Passivo Compensado

Conforme descrito na Nota 15, os recursos destinados ao custeio das atividades desenvolvidas pela Entidade são providos pela SES-GO, conforme previsto no Contrato de Gestão N.º 091/2012 e demais aditivos, contudo, indicamos a existência de incerteza quanto à continuidade/prorrogação do contrato de gestão, prevista para conclusão em 27/06/2019. Nossa opinião não está ressalvada por este assunto.

Conforme descrito na Nota 5, os recursos destinados ao custeio das atividades desenvolvidas pela Entidade são providos pela SES-GO, conforme previsto no Contrato de Gestão N.º 091/2012 e demais aditivos. Contudo, chamamos a atenção para o saldo limite remanescente da receita a ser reconhecida até a conclusão do contrato, que em 31 de dezembro de 2018 era de R\$ 9.153 milhões. Nossa opinião não está ressalvada por este assunto.

Conforme descrito na Nota 8, os relatórios gerenciais apresentados, sob a responsabilidade da Entidade, não estão análogos às contas contábeis demonstradas no grupo de Ativo e Passivo Compensado, e, por força de contratos, podem ocasionar contingências passivas. Nossa opinião não está ressalvada por este assunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentadas para fins de comparação, foram, por essa Auditoria, examinadas de acordo com as normas de auditoria vigente naquela data. Por ocasião, foi emitido relatório de auditoria, com modificação, em 23 de abril de 2018.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações



contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria, para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes

transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos, também, aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório, porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

WORK 7 AUDITORES

JOSE RICARDO XAVIER

CRC 001891 GO

CRC GO 13.785-GO

CVM 12.424



Balanco patrimonial
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais)

	Nota	2018	2017
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.270.834,39	5.579.131,37
Contratos de gestão e convênios	5	33.205.207,15	25.057.931,00
Estoque	6	1.321.558,97	785.449,73
Adiantamentos a fornecedores		18.484,67	143.231,31
Adiantamento de férias		206.431,78	-
Adiantamento de vale transporte		16.078,30	12.970,80
Total do ativo circulante		36.038.595,26	31.578.714,21
Não circulante			
Depósitos Judiciais		67.388,38	36.102,74
Partes relacionadas	7	235.353,87	19.610,01
Total do ativo não circulante		302.742,25	55.712,75
Total do ativo		36.341.337,51	31.614.816,95
Ativo compensado	8	13.554.893,12	13.405.964,12
Total do ativo e do ativo compensado		49.896.230,63	45.040.391,08
Passivo e patrimônio social			
Circulante			
Fornecedores	9	12.621.011,21	11.830.902,71
Salários e encargos sociais	10	7.833.548,25	5.275.810,66
Obrigações tributárias	11	9.008.070,37	8.698.955,61
Subvenções assistências a realizar	12	9.411,05	9.411,05
Outras contas a pagar		182.871,96	
Total do passivo circulante		29.654.912,84	25.815.080,03
Não circulante			
Partes relacionadas	13	6.048.957,91	5.819.346,93
Fornecedores Nacionais – LP		637.466,76	0,00
Total do passivo não circulante		6.686.424,67	5.819.346,93
Total do passivo		36.341.337,51	31.614.816,95
Passivo compensado	8	13.554.893,12	13.405.964,12
Total do passivo e patrimônio social e passivo compensado		49.896.230,63	45.040.391,08

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do resultado
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais)

2018	2017
------	------



		Nota		
Receitas com restrição				
	Programa atividades de saúde	15	86.301.549,76	75.321.916,10
	Receita Ressarcimento		502.667,07	1.549.794,52
	Rescisão		86.804.216,83	76.871.710,62
Receitas sem restrição				
	Outras receitas		385.965,26	335.584,15
Custos com programa				
	Programa de atividades de saúde	16	(54.821.259,99)	(50.576.613,53)
Superávit bruto			32.368.922,10	26.630.681,24
Despesas operacionais				
	Com pessoal		(9.093.003,12)	(7.721.584,14)
	Serviços prestados por terceiros		(17.521.593,80)	(14.818.944,31)
	Gerais e administrativas		(4.667.441,56)	(2.315.412,55)
	Tributárias		(47.407,30)	(83.158,73)
			(31.329.445,78)	(24.939.099,73)
Superávit antes do resultado financeiro			1.039.476,32	1.691.581,51
Resultado financeiro				
	Receitas financeiras		52.393,12	7.645,08
	Despesas financeiras		(1.091.869,44)	(1.699.226,59)
			(1.039.476,32)	(1.691.581,51)
Superávit do exercício			(0,00)	0,00

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

A demonstração de resultado abrangente não foi apresentada, pois não há operações registradas sobre esse conceito, ou seja, o resultado do exercício é igual ao resultado abrangente.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais)

EVENTOS	Patrimônio Social	Outras Reservas	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Superávit / Déficit	Total do Patrimônio Líquido
Saldo em 01 de Janeiro de 2017	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Movimentação do Período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit / Déficit do Período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajustes de Avaliação Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Superávit com Restrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratos de Gestão e Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



Saldo em 31 de dezembro de 2017	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajustes do exercício anterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Movimentação do Período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit / Déficit do Período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajustes de Avaliação Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Superávit com Restrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratos de Gestão e Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo em 31 de dezembro de 2018	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração dos fluxos de caixa – método indireto
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais)

	2018	2017
Fluxo de caixa das atividades sociais		
Superávit do exercício	-	-
Variações nos ativos e passivos		
Contratos de gestão e convênios	(8.277.574,09)	(4.169.092,50)
Estoque	(536.109,24)	(60.164,46)
Impostos e contribuições a recuperar	(711.568,21)	-
Adiantamentos a fornecedores	124.746,64	(89.017,95)
Adiantamento de férias	(206.431,78)	-
Depósitos judiciais	(31.285,64)	(11.506,97)
Outros ativos	(3.107,50)	114.947,94
Fornecedores	1.433.450,13	187.192,70
Salário e encargos sociais	4.594.636,29	(1.287.882,43)
Obrigações tributárias	(891.792,66)	6.932.233,05
Partes relacionadas	13.867,12	3.948.219,14
Outras contas a pagar	182.871,96	-
Caixa e equivalentes de caixa líquidos provenientes das atividades sociais	(4.308.296,98)	5.564.928,52
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	(4.308.296,98)	5.564.928,52
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5.579.131,37	14.202,85
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.270.834,39	5.579.131,37

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017**
(em reais)**1. Contexto Operacional**

O Instituto Sócrates Guanaes - ISG é uma Associação Civil, de direito privado, sem fins lucrativos e econômicos, qualificada como Organização Social, fundada em 13 de julho de 2000, com sede e foro em Salvador, Estado da Bahia, e tem por objetivo a realização de atividades ligadas à promoção e participação ativa nas ações de ensino e pesquisa, promoção e desenvolvimento de tecnologia em gestão voltada para valorização da ética e princípios humanísticos vinculados à medicina e outras áreas da saúde. Especializada em gestão de serviços de saúde seja ela pública ou privada, utilizando-se de técnicas inovadoras de gestão e equipe altamente qualificada, vem transformando a realidade de atendimento à saúde por onde passa.

O Hospital de Doenças Tropicais Dr. Anuar Auad (HDT) fundado em 10 de janeiro de 1977, surgiu em virtude de uma grande epidemia de doenças Meningocócicas em Goiás no período de 1972 a 1976. Na época, os antigos hospitais Osvaldo Cruz e Pênfigo não possuíam estrutura para atender a sobrecarga da demanda. Dessa forma, surgiu a necessidade da criação de um hospital que atendesse pacientes portadores de doenças infecciosas e dermatológicas. Assim, nasceu o Hospital de Doenças Tropicais de Goiânia, uma conjunção entre os dois antigos hospitais.

Atualmente, o HDT é um hospital estadual, administrado pelo Instituto Sócrates Guanaes sob os termos do Contrato de Gestão nº 091/2012 e seus correspondentes aditivos. Hospital com gestão inovadora em saúde, ensino e pesquisa. Presta assistência especializada no tratamento de doenças Infecciosas, Infectocontagiosas, Dermatológicas emergentes e reemergentes, Doenças e agravos inusitados em saúde, Acidentes por animais peçonhentos, Alterações genéticas provenientes de doenças infecciosas e medicina para viajantes. O HDT realiza atendimentos nas áreas de: internação pediátrica, internação adulto, UTI, cirurgia geral, cardiologia, cirurgia torácica, dermatologia, endocrinologia, gastroenterologia, ginecologia, hematologia, infectologia, infectologia-leishmaniose, nefrologia, neurocirurgia, neurologia, proctologia, tisiologia, urologia, psiquiatria; o HDT vem consolidando cada vez mais sua posição junto à população.

2 Base de preparação**2.1 Declaração de conformidade com relação às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC**

As demonstrações contábeis abrangem apenas as operações do Instituto Sócrates Guanaes, vinculados ao contrato de gestão nº 091/2012 do Hospital de Doenças Tropicais - HDT, e foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), consubstanciadas, principalmente, no que tange à Interpretação Técnica ITG 2002 (R1), aplicáveis às Entidades sem finalidade de lucros, aprovada pela Resolução CFC 1.409/2012, na Norma Brasileira de Contabilidade TG 07 (R2)

– Subvenção e Assistência Governamentais, aprovada pela Resolução CFC 1.305/2010, com exceção do reconhecimento da receita em detrimento do valor do custo da depreciação, no caso de aquisição de bens com recursos do contrato de gestão, por força do entendimento da ITG 1000, essência sobre a forma e Norma Brasileira de Contabilidade TG 1000 – Pequenas e Médias Empresas, aprovada pela Resolução CFC 1.255/2009, cujas sínteses estão demonstradas a seguir:

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, sendo que os ativos e passivos financeiros estão mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo, nos casos aplicáveis.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Instituto.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis.

3.1 Instrumentos financeiros**(a) Ativos financeiros não derivativos**

O Instituto tem como ativos financeiros não derivativos caixa e equivalentes de caixa e contas a receber que são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados.

Caixa e equivalentes de caixa estão representados por saldos de bancos e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com prazos de vencimentos inferiores a 90 dias, que são prontamente conversíveis em numerário.

O valor de recebíveis de contratos de gestão, refere-se a valores já aplicados às atividades sociais do Instituto (custos e/ou despesas - regime de competência), para os quais ainda não houve a contrapartida da subvenção, que devem ser realizadas nos primeiros dias de 2019, conforme previsto no Contrato de Gestão 091/2012 ISG-HDT. São considerados ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis.

(b) Passivos financeiros não derivativos

Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais



retiradas, canceladas ou vencidas.

Em 31 de dezembro de 2018, os passivos financeiros não derivativos do Instituto estavam representados por fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são registrados pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

3.2 Ativo imobilizado

(a) Reconhecimento e mensuração

O Instituto Sócrates Guanaes, por meio do contrato de gestão nº 091/2012/SES-GO, administra o HDT e todos os bens adquiridos com recursos do contrato. Pelo novo entendimento à regra contábil, esses bens deixaram de ser registrados no imobilizado e no intangível. O contrato de gestão define que tais bens são do Estado e que ao final do contrato estes serão devolvidos a Secretaria de Estado da Saúde de Goiás – SES-GO. Os bens adquiridos no decurso do exercício passaram a ser registrados em contas de controle "contas de compensação". Estes bens, por sua vez, continuam, apenas, sendo registrados pelo custo histórico de aquisição.

(b) Depreciação

A depreciação, cuja regra define que deve ser calculada pela estimativa de vida útil, deixou de ser aplicada aos bens adquiridos com recursos do contrato de gestão, em virtude de estes não serem de propriedade do Instituto Sócrates Guanaes, mas, sim, do Estado de Goiás.

3.3 Redução ao valor recuperável ("impairment")

O valor contábil do ativo imobilizado é revisto a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. Contudo em virtude do novo entendimento à regra contábil, os bens adquiridos com recursos do contrato de gestão 091/2012, deixaram de ser registrados no imobilizado e no intangível do Instituto, conforme informado no item 3.2 acima descrito.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

Não houve indicação de perda no valor recuperável dos valores contábeis do ativo imobilizado do Instituto em 31 de dezembro de 2018.

3.4 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação dos estoques, usando-se o custo médio ponderado móvel e, em geral, compreendem os insumos de utilização na operação do Instituto (materiais hospitalares, medicamentos, materiais de consumo etc.), sendo que os mesmos se apresentam livres de ônus ou gravames.

3.5 Patrimônio líquido

O Instituto aplica integralmente, na forma da legislação aplicável, seus recursos na manutenção de seus objetivos.

3.6 Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas, mensalmente, respeitando os princípios Fundamentais de Contabilidade, em especial os Princípios da Oportunidade e da Competência. No que se refere às subvenções para custeio e investimento, estas são apropriadas em conta do passivo, enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento no resultado.

3.7 Tributação

O Instituto é uma entidade sem fins lucrativos, isenta de recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o superávit, por isso nenhum imposto, sobre o lucro, foi provisionado no passivo, em face do benefício fiscal aqui descrito. A base de cálculo, para apuração do PIS, é o valor da folha de pagamento. O percentual aplicado para a apuração do PIS é de 1% sobre o valor da folha. O valor apurado é recolhido mensalmente.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2018	2017
Caixa	-	1.543,77
Depósitos em conta	668.379,20	5.073.036,84
Aplicações financeiras (*)	602.455,19	504.550,76
	<u>1.270.834,39</u>	<u>5.579.131,37</u>

(*) As aplicações financeiras referem-se substancialmente a Fundo de Investimento da Caixa Econômica Federal (Caixa FIC), R\$ 602.355,08 e, a aplicação Banco Santander, R\$ 100,11, ambas, de curtíssimo prazo remunerados a taxas de mercado. Esses saldos consistem em valores de liquidez imediata, com o propósito de honrar compromissos, no curto prazo, rapidamente conversíveis em dinheiro e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor.

Cada recurso recebido em razão do convênio é alocado em contas-correntes que foram criadas especificamente para geri-lo e aplicá-lo devidamente. Porém, o ISG é responsável pela aplicação destes recursos e todos eles estão sujeitos a restrições e/ou vinculação por parte do doador.

5 Demonstrativo do Contrato de Gestão e Aditivos

Ano	Subvenção Recebida (+)	Rendimento aplicação (+)	Custo Imob. Anterior (-)	Outras Receitas (+)	Reconh. Custo de Glosa e Ajustes (-)	Custos Realizados (-)	Saldo Sub. a Executar (Passivo) ou a Receber (Ativo)	Subvenção Prevista Anual	Saldo Acum. Sub. a Receber Conforme Cronograma Anual	Valor do Contrato /Aditivo	Saldo Acumulado de Subvenção a Receber	Saldo Sub. Acumulada a Executar (Pos.) ou Déficit (Neg.)	Custo Médio Mensal
2012	20.135,00 0,00	23.098,90	552,54 0,67	727.415 ,71	-	22.375,30 2,19	(2.042,32 8,25)	23.485. 000,00	3.350,00 00,00	46.200,00 0,00	26.065. 000,00	24.022. 671,75	3.729. 217,03
2013	48.421,55 6,38	41.837,43	1.270,58 8,53	20.049,99	1.357. 941,42	52.051,88 5,55	(8.239,27 2,95)	49.149. 744,72	4.078,18 8,34	48.537,66 0,57	26.181. 104,19	17.941. 831,24	4.337. 654,88
2014	53.914,08 1,98	99.732,21	4.796,69 2,48	52.639,77	2.624. 608,52	54.356,51 9,03	(15.950,6 39,02)	54.201. 670,89	4.365,77 2,25	50.048,40 0,00	22.315. 422,21	6.364. 783,19	4.529. 709,92
2015	58.428,68 5,81	12.005,62	1.153,87 0,94	207.722 ,60	(6.759. 166,63)	64.380,67 4,01	(16.077,6 03,31)	59.865. 811,85	5.802,93 2,29	70.307,46 7,56	34.194. 203,96	18.116. 600,65	5.365. 056,17
2016	59.298,77 4,89	2.240,73	906,55 0,72	441.768 ,75	(4.849. 721,04)	68.497,18 9,97	(20.888,8 38,59)	57.745. 018,32	4.249,18 4,72	57.745,01 8,32	32.640. 447,39	11.751. 608,80	5.708. 099,16
2017	72.701,61 8,12	7.645,08	71.580,77	335.584 ,15	(1.000. ,00)	77.143,38 9,99	(25.057,9 31,00)	66.194. 177,91	2.258,29 3,49	74.975,70 6,52	34.914. 535,79	9.856. 604,79	6.428. 613,25
2018	82.344,54 4,11	52.393,12	119,52 9,00	385.965 ,26	(90,80 6,61)	90.901,48 5,25	(33.205,2 07,15)	85.575. 738,73	972,90 1,13	89.788,82 2,00	42.358. 813,68	9.153. 606,53	7.575. 121,35

Os valores apresentados nesse demonstrativo referem-se às parcelas a serem executadas, previstas no Contrato de Gestão Nº 091/2012, firmado entre a SES-GO - Secretaria de Estado da Saúde de Goiás e o Instituto, para o gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde no HDT, em Goiânia - GO.

Conforme descrito na coluna "Saldo Sub. a Executar (Passivo) ou a Receber (Ativo)" no valor de R\$ 33.205 milhões, refere-se a valores já aplicados às atividades sociais do Instituto (custos e/ou despesas –regime de competência), para os quais ainda não houve a contrapartida da subvenção, que devem ser realizadas nos primeiros dias de 2019, conforme previsto no Contrato de Gestão 091/2012 ISG-HDT.

Conforme descrito na coluna "Saldo Acumulado de Subvenção a Receber" e levando em consideração a previsão descrita no Contrato de Gestão, e demais aditivos o valor global a ser repassado a título de Subvenções em 31/12/2018 é de R\$ 42.358 milhões até a conclusão do contrato (prevista para 27/06/2019).



Conforme descrito na coluna "Saldo Sub. Acumulada a Executar (Pos.) ou Déficit (Neg.)" a Entidade possui o saldo de R\$ 9.153 milhões para o reconhecimento da receita, tendo como contrapartida os custo/despesas equivalentes, limitando-se ao valor do lastro contratual.

6 Estoque

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, os estoques estavam assim compostos e estão apresentados pelo valor de custo médio de aquisição.

	2018	2017
Estoque HDT	1.321.558,97	785.449,73
7 Partes Relacionadas		
	2018	2017
ISG - Matriz (a)	22.374,63	3.445,86
IGS - HERC (b)	212.979,24	16.164,15
	235.353,87	19.610,01

(a) Refere-se a bloqueios judiciais efetuados na conta corrente do HDT, relativos a processos trabalhistas de ex-funcionários do ISG Matriz. Esse valor deverá ser devolvido do ISG Matriz para o HDT.

(b) Em dezembro de 2017 o ISG aderiu ao parcelamento da dívida do INSS das unidades HEAL, HDT, HERC, CS e da Sede. Como os pagamentos são unificados, e alguns foram realizados pelo HDT, e as parcelas correspondentes a cada uma das unidades acima estão sendo registradas como empréstimos a receber.

8 Ativo Compensado

O grupo de contas do Ativo e do Passivo compensado refere-se aos bens patrimoniais recebidos da SES-GO e aos adquiridos durante a vigência do contrato de gestão nº 091/2012, firmado com o Estado de Goiás, para auxiliar a prestação dos serviços propostos, apresentam os seguintes saldos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

Custo	Instalações	Móveis e Utensílios	Máq. e Equip.	Equip. de Infor.	Equip. Hosp.	Benfeitorias em Prop. de Terceiros	Direito de Uso de Softw.	Outros Bens Recebidos em Comodato	Total
Em 31 de dezembro de 2016	33.180,03	599.218,42	219.019,99	260.191,27	1.218.113,50	6.324.492,87	26.027,26	4.626.039,92	13.306.283,26
Adição	-	25.491,86	8.315,00	33.250,00	4.524,00	28.100,00	-	-	99.680,86
Em 31 de dezembro de 2017	33.180,03	624.710,28	227.334,99	293.441,27	1.222.637,50	6.352.592,87	26.027,26	4.626.039,92	13.405.964,12
Adição	-	45.229,00	14.494,00	41.506,00	18.300,00	-	-	29.400,00	148.929,00
Em 31 de dezembro de 2018	33.180,03	669.939,28	241.828,99	334.947,27	1.240.937,50	6.352.592,87	26.027,26	4.655.439,92	13.554.893,12

9 Fornecedores

	2018	2017
Fornecedores de bens e mercadorias	1.791.180,50	3.217.009,64
Fornecedores de serviços	10.829.830,71	8.613.893,07
	12.621.011,21	11.830.902,71

Os fornecedores de bens e mercadorias, são decorrentes de aquisições, em sua grande maioria, de medicamentos, material médico hospitalar, gases medicinais e outros insumos, bem como os fornecedores de serviços, que representam o total de serviços contratados



(inclusive serviços médicos e hospitalares) são todos necessários a atividade operacional para atendimento ao contrato de gestão 091/2012, ISG-HDT.

10 Salários e encargos sociais

As obrigações são decorrentes basicamente das folhas de pagamentos do Instituto e estão assim apresentadas:

	2018	2017
Salários a pagar	2.327.547,48	1.422.261,50
INSS	1.879.988,53	798.435,30
FGTS	254.132,20	214.816,40
Provisões férias e encargos	3.370.441,28	2.839.053,94
Outros	1.438,76	1.243,52
	<u>7.833.548,25</u>	<u>5.275.810,66</u>

11 Obrigações tributárias

	2018	2017
INSS retido de terceiros	1.200.864,67	996.881,52
Imposto de renda retido na fonte	2.714.910,30	2.304.068,04
ISS retido de terceiros	256.525,60	353.494,74
PIS / COFINS e CSLL retidos de terceiros	769.816,74	551.484,22
PIS sobre folha de pagamento	251.068,95	159.151,10
COFINS retido na fonte a recolher	10.260,64	4.050,38
INSS Parcelamento	3.804.623,47	4.329.825,61
	<u>9.008.070,37</u>	<u>8.698.955,61</u>

12 Subvenções assistências a realizar

O montante de subvenção a realizar proveniente do contrato 091/2012 ISG-HDT/COREME (Comissão de Residência Médica) está composto da seguinte forma:

	2018	2017
A sub ven ção nã o		
Subvenções Governamentais – COREME	9.411,05	9.411,05
	<u>9.411,05</u>	<u>9.411,05</u>

deve ser reconhecida até que exista uma razoável segurança de que o Instituto cumprirá todas as condições estabelecidas e relacionadas à aplicação.

A subvenção aqui apresentada impõe determinada condição de desempenho futuro e/ou limitações em sua aplicação, sobre o Instituto (ISG/HDT, desta forma a mesma é controlada no passivo e somente após atendido os critérios de desempenho e/ou utilização do recurso é reconhecida como receita.

Atendidos os critérios estabelecidos nas normas contábeis e no contrato de gestão, durante o exercício, a realização das despesas superou os valores repassados pela SES-GO. Desta forma, a entidade teve que antecipar custos e passou a registrar essas diferenças em direito a receber no ativo circulante, conforme Nota 05, limitando-se esse reconhecimento ao valor do contrato.

13 Partes Relacionadas

		2018	2017
ISG – HEAL	(a)	-701.984,39	-500.120,31
IGS - CS	(b)	-5.346.973,52	-5.319.226,62
		<u>-6.048.957,91</u>	<u>-5.819.346,93</u>

(a) Referente a recursos transferidos do HEAL para pagamento de tributos e contribuições parcelados do HDT.

(b) Refere-se a recursos transferidos do CS e HEAL para pagamentos de despesas recorrentes do HDT.

**14 Contingências**

A Entidade é parte em ações judiciais perante vários tribunais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas e cíveis.

Por força do 5º Termo Aditivo ao contrato de gestão nº 091/2012/SES/GO, assinado em 19/08/2016, especificamente, nos itens 8.7; 8.7.1 e 13.9, fica definido que apesar da responsabilidade ser da CONTRATADA (ISG-HDT), a CONTRATANTE (SES/GO) assume todo o ônus financeiro dos custos de desligamento com colaboradores, motivo pelo qual, não houve o reconhecimento da provisão trabalhista. Contudo o valor estimado das causas classificadas em dezembro de 2018 como perda provável é, de, R\$ 97.788,89, e como perda possível R\$ 100.000,00, com base em informações de seus assessores jurídicos.

15 Receitas com programa de atividades de saúde com restrição

	2018	2017
Programa atividades de saúde (i)	86.301.549,76	75.321.916,10
Receita Ressarcimento Rescisão (i)	502.667,07	1.549.794,52
	<u>86.804.216,83</u>	<u>76.871.710,62</u>

- (i) Receita de subvenção realizada em razão da execução do Contrato de Gestão - CG nº 091/2012, firmado com SES-GO - Secretaria de Estado da Saúde de Goiás, sendo em 31 de dezembro de 2018, R\$ 86.804.216,83 registrado como receita de subvenção para custeio (R\$ 76.871.710,62 em 31 de dezembro de 2017).

16 Custos com programa de atividades de saúde

	2018	2017
Custo de pessoal próprio	28.992.309,08	26.980.849,66
Custo de pessoal cedido (i)	18.841.302,54	13.044.822,04
Custos de serviços assistências e de apoio	3.154.606,99	3.802.469,97
Medicamentos	2.160.855,35	2.934.635,72
Materiais médicos e hospitalares	1.179.165,91	2.122.965,71
Materiais em geral	373.491,12	581.835,60
Outros	119.529,00	1.109.034,83
	<u>54.821.259,99</u>	<u>50.576.613,53</u>

- (i) Em detrimento do contrato de gestão 091/2012, foram cedidos funcionários estatutários, conforme cláusula específica, para compor o quadro de pessoal do HDT, cujas remunerações continuam sendo pagas pelo Estado. Em atendimento ao princípio contábil da essência sobre a forma, esses valores foram reconhecidos na contabilidade, como custo, pois em essência, o pessoal cedido trabalha no HDT e são remunerados com recursos provenientes do contrato de gestão nº 091/2012, mediante dedução dos valores de subvenções mensais.

16 Eventos Subsequentes

Até a data de apresentação não houve identificação de eventos que pudessem ser objeto de nota.

Goiânia (GO), 26 de abril de 2019.

André Mansur de Carvalho Guanaes Gomes
Diretor presidente
CPF: 195.644.575-2

Patrícia de Oliveira Silva
Contadora CRC 1RJ086066/O-0 "S" GO

Terêncio Sant'Ana Costa
Superintendente Financeiro
CPF: 053.180.415-15